

Art. 3º São requisitos para o exercício da missão de Adido Agrícola o título universitário de Engenheiro Agrônomo, o desempenho de cargo técnico na área da especialidade e o notório saber nos assuntos com ela relacionados.

Art. 4º O Poder Executivo submeterá ao Congresso, em prazo não superior a trinta (30) dias, projeto de lei criando recursos orçamentários para o cumprimento do que ora se dispõe.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada até noventa (90) dias após sua vigência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — *Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à apreciação dos Requerimentos nºs 429-A, 430 e 431, dos Srs. Senadores, Marcos Freire, Vasconcelos Torres e Lourival Baptista, lidos no Expediente, solicitando licença para se ausentarem do País, a fim de desempenharem missão do Executivo, dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores.*

Solicito ao nobre Senador Augusto Franco o parecer daquela Comissão.

**O SR. AUGUSTO FRANCO (ARENA—Sergipe. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como membro da Comissão de Relações Exteriores venho relatar os requerimentos dos Srs. Senadores Marcos Freire, Vasconcelos Torres e Lourival Baptista que, tendo sido designados, por Decreto do Senhor Presidente da República, para integrar, como observadores parlamentares, a Delegação Brasileira à Assembleia Geral da ONU, requerem licença do Senado para desempenharem a referida missão, nos termos do art. 36, § 2º da Constituição.

A Comissão de Relações Exteriores nada tem a opor. É o parecer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — O parecer é favorável.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados. Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — A pedido do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, a sessão do Congresso que deveria realizar-se às 18 horas e 30 minutos fica transferida para as 19 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Se há um discurso que tenha vacilado em proferir é este, pois, infelizmente, em vez de trazer uma palavra de alegria ou de esperança, o que ele contém, principalmente, é uma nota de desalento a juntar-se a muitas outras já enunciadas no Parlamento. O que eu quisera era poder subir a esta Tribuna para proclamar, entre alvissaras, que, conforme o expresso, inequívoco, e benemérito propósito anunciado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Geisel, estaria diminuindo o fosso que separa o Nordeste do Centro-Sul. Repito aqui as palavras do próprio II PND:

“Para reduzir o hiato econômico em relação ao resto do País, deverá o Nordeste crescer a taxas superiores a 10% ao ano. A meta é de difícil consecução, mas pode revelar-se viável em face da maturação de investimentos industriais, realizados no período anterior, e se o setor agropecuário mostrar reação aos estímulos dados nos últimos dois anos. Tal viabilização ocorreria com crescimento industrial da ordem de 15% e agropecuário entre 6 e 7%”.

A verdade, porém, é outra, e o nosso dever, o nosso dever inclusive perante o Presidente da República, cuja integridade de propósitos constitui penhor de segurança para todos nós, é dizer-lhe a verdade, pois bem sabemos quanto é difícil a verdade romper as barreiras que não raro se interpõem entre ela e os governantes. E a amarga verdade, a verdade dos números, a verdade dos fatos, é que hoje, comparado com o Centro-Sul, o Nordeste está mais pobre do que ontem. Seria muito pouco, Sr. Presidente, se aqui viesse apenas para lamentar essa realidade, que um pouco adiante exprimerei em números, números dramáticos, que devem dar a cada um de nós a consciência de que, ou o Brasil se entrega de corpo e alma, como se estivesse numa guerra, para suprimir o alargamento desse hiato, ou não estaremos contribuindo para a unidade nacional de que tanto nos orgulhamos. A riqueza e a miséria não viverão indefinidamente juntas.

Por que se terá, porém, interrompido essa fase de ascensão, que até as proximidades de 1970, tanto alegrou o coração dos nordestinos? Aquela fase que nos deu a esperança de podermos, em prazo razoável, suprimir da região terríveis índices de pobreza absoluta; representados pela subalimentação, doenças próprias das áreas subdesenvolvidas, e altas cifras de analfabetismo. Naturalmente serão várias as causas, e algumas delas já o Presidente Geisel tem buscado atenuar. Contudo, Sr. Presidente, antes que as examine, como espero fazê-lo, começarei pelo problema educacional, certamente o mais grave, o fundamental, e sem cuja solução nada será alcançado.

De fato, Sr. Presidente, sou dos que acreditam que a primeira providência a ser tomada pelo Brasil, digo pelo Brasil porque considero uma verdadeira cruzada nacional, se pretendemos efetivamente diminuir o fosso que está separando e afastando o Nordeste — e tudo quanto digo em relação ao Nordeste se aplica inteiramente ao Norte — do Centro-Sul é pensar como fazer algo de excepcional em relação ao problema educacional do Nordeste (muito bem!), cujas condições exigem medidas extraordinárias para atender a uma situação também extraordinária.

Há dias, o nosso colega, Senador Agenor Maria, deu conhecimento à Casa de declarações do Secretário da Educação do Rio Grande do Norte, mostrando a impossibilidade em que está aquele Estado para cumprir os seus deveres sobre a educação. Não é uma situação excepcional a desse Estado. Também o Secretário da Educação da Bahia divulgou recentemente cifras alarmantes. Infelizmente, em maior ou menor grau, refletem panorama generalizado no Nordeste. Desejo, porém, trazer alguns índices recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia para que se veja o que ocorre, e perguntar se há alguém capaz de acreditar na possibilidade de mudar-se a pobreza do Nordeste sem mudar um panorama educacional, para o qual ele não dispõe de recursos, de meios, de dinheiro. É urgente um plano de salvação pública para a educação do Nordeste. Um verdadeiro plano de salvação nacional, sem o qual, nada mais estaremos fazendo do que protelar uma situação educacional insuportável. A verdade incontestável é que atualmente nenhum Estado do Nordeste tem condições de cumprir os deveres que lhe são impostos pela Constituição quanto à obrigatoriedade do ensino primário. Desafio haver alguém capaz de demonstrar o contrário. E pergunto: deveremos enganar os brasileiros com o nosso silêncio? O nosso dever consiste em difundir a verdade, mesmo que seja desagradável.

Como imaginarmos construir uma sociedade próspera, feliz, estável, alicerçada na ignorância? Se não, vejamos os números oficiais: A primeira coisa que eles nos mostram é termos no Nordeste uma população eminentemente jovem. Bastará dizer que um terço da população tem menos de dez anos de idade. E 57% dela tem menos de 20 anos. E isso, numa população de mais de trinta milhões de pessoas das quais 45% são analfabetos; 45% Sr. Presidente! Analisemos, porém, a situação dos jovens. Entre os 5 e os 14 anos, há quatro milhões e duzentos mil analfabetos. E ainda mais: dos treze milhões de analfabetos, com mais de 16 anos, existentes no Brasil,

oito milhões estão no Nordeste, que representa menos de um terço da população brasileira. E 40% dos jovens, entre 10 e 14 anos, que vivem na área rural são analfabetos. Será preciso explicar por que é ínfima a produtividade da nossa agricultura? Será preciso alguma investigação maior para sabermos por que não se aplicam modernas técnicas agrícolas como o uso de fertilizante, a seleção de sementes, a aplicação de defensivos, ou na pecuária, a inseminação artificial e o balanceamento das rações, quando 99% dos que trabalham nas áreas rurais do Nordeste ou são analfabetos, ou tiveram apenas educação elementar? Ou será pelo fenômeno oposto que nos Estados Unidos, com todos os seus excedentes agrícolas, que vendem a longo prazo, e até dão, vivem nos campos, em alguns casos, pouco mais da metade dos que mourejam nos campos nordestinos?

Não sei se sou suficientemente claro para que o Brasil tome conhecimento da calamitosa situação educacional do Nordeste.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com prazer.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — É evidente que, dentro do processo de desenvolvimento a educação deve ser meta prioritária. Agora, permita-me V. Ex<sup>a</sup> que discordo, um pouco, da orientação do seu discurso. Acho que essas dificuldades que enfrentam os Estados nordestinos, no setor educacional, são resultantes da pobreza, e V. Ex<sup>a</sup>, há poucos momentos, ao iniciar seu discurso, anunciou que, de 1970 para 1975, diminuiu o índice de crescimento, mas diminuiu por que?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Se V. Ex<sup>a</sup> me der a honra de acompanhar meu discurso, verá que chegarei à mesma conclusão que V. Ex<sup>a</sup> está antecipando. Estou de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup> que o nosso mal é a pobreza, e que temos de achar algum meio para eliminá-la. É o que espero, de alguma forma, apontar no meu discurso.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Uma das causas que mais influíram, nos últimos anos, foi a redistribuição dos incentivos fiscais.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — V. Ex<sup>a</sup> verá que tudo isto está no meu discurso. É só uma questão de ordem. Agradeço muito a honra do aparte de V. Ex<sup>a</sup>, mas, justamente, a tese central do meu discurso é sobre os incentivos fiscais. Chegaremos lá, juntos e unidos, como sempre temos estado, na defesa do Nordeste.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup> por me antecipar, porque a causa é tão comum...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — V. Ex<sup>a</sup> é tão apaixonado quanto eu e, naturalmente, se antecipa.

Sr. Presidente, faço porventura uma acusação? Não: apenas, divulgo um diagnóstico. E para que encontremos e apliquemos a urgente e indispensável terapêutica, que precisa ser excepcional, e para a qual eu gostaria de convocar a Nação, por tudo o que ela possui de mais sensível ao seu futuro, ao futuro da juventude do Nordeste. No meu entender, o que está ocorrendo na educação da juventude nordestina é mais grave do que as secas, as enchentes, ou epidemias. É uma calamidade de proporções nacionais. Desgraçadamente uma calamidade silenciosa, pois as próprias vítimas não têm consciência exata do que lhes acontece. Mas, eu perguntaria: poderemos nós, que representamos o Nordeste, permanecer silenciosos e conformados diante desse quadro? Porque é necessário que o diga — a consequência desse quadro é a miséria em que está mergulhada grande parte da população nordestina. Pelos dados divulgados pelo IBGE, e que se referem a 1973, dois milhões e duzentas mil pessoas da região trabalharam nesse ano apenas pela alimentação e o abrigo, o que é quase a servidão. Cerca de oito milhões moram em barracos

desprovidos das mais elementares condições de higiene e de conforto. E dezesseis milhões não possuem instalações sanitárias.

Não será tudo isso a prova flagrante, inequívoca, terrível de serem irmãs gêmeas a ignorância e a miséria?

Para grandes males são necessários grandes remédios. É, portanto, impreterível que o Brasil pare um pouco para pensar no Nordeste, especialmente sobre a sua educação. É um problema imenso, e para o qual, também, será urgente uma solução imensa. Uma solução que salve, pelo menos, aquelas quatro milhões e duzentas mil crianças, entre 5 e 14 anos, não alfabetizadas. Crianças famintas, corroídas pela verminose e cujas mãos frágeis estou a ver levantadas, Sr. Presidente, não a pedir uma esmola, mas a clamarem por que se cumpra aquele preceito constitucional da obrigatoriedade do ensino primário, que a pobreza dos Estados não tem condições de tornar realidade. Sei que não é grato o que estou a dizer, melhor diria a denunciar, pois a verdade não credencia ninguém na política deste País, mas, seja qual for o preço a ser pago, não pretendo deixar de fazer o que acredito ser o meu dever com os sofridos irmãos do Nordeste.

Propositadamente, desejei fazer esse esboço das deficiências educacionais antes de abordar o tema central deste discurso que é o progressivo empobrecimento do Nordeste dentro do quadro nacional. Devo, pois, solicitar a paciência dos meus nobres Pares já que não poderei ser breve em assunto dessa magnitude. Contudo, antes de enunciar alguns gritantes índices da nossa pobreza, não deixarei de accentuar, nisso repetindo o insuspeito Ministro Octávio Gouveia de Bulhões, que o prejuízo infligido ao Nordeste, através do denominado confisco cambial, representou montante infinitamente superior a tudo quanto se lhe possa dar, mediante a política dos incentivos fiscais. De fato, nós não somos pobres porque não tenha faltado capacidade de trabalho ou de iniciativa, mas, porque ditada por uma série de circunstâncias, instalou-se no País uma política espoliativa do Nordeste. Justo que hoje, em nome da solidariedade nacional, reclamemos se nos proporcionem condições capazes de impedirem a degradação das nossas populações. E mais do que isso, que se não comprometa a própria segurança nacional pelo progressivo afastamento das condições econômicas do Nordeste e do Centro-Sul.

Certamente, em todos os países do mundo há regiões subdesenvolvidas, há disparidades regionais. Contudo, conforme observa o ilustre Sr. Rubens Costa, quando se trata da metade ou de um terço da população de um País — como é o caso do Sul da Itália e do Nordeste — e quando o nível de vida de tão elevada proporção do povo é menos da metade da média nacional, e é ainda menor este índice em relação ao bem-estar das populações das regiões mais favorecidas — como ocorre num confronto entre a opulência do Centro-Sul e a miséria do Nordeste — “a situação torna-se insustentável, constituindo-se no mais importante problema de segurança interna do País”. Não é, portanto, demais insistirmos, embora não constitua novidade, que ainda hoje a renda per capita do nordestino é menos da metade da renda per capita do Brasil, e ainda muito menos se comparada com os habitantes do Centro-Sul, isto é: do Rio e de São Paulo. Fato este que nos coloca como a região mais pobre do Hemisfério Ocidental! Para propiciar um simples dado objetivo, eu lembraria que, malgrado tudo quanto se tem feito pela industrialização do Nordeste, somente a arrecadação do IPI no Rio Grande do Sul é superior a toda a mesma arrecadação no Nordeste. E que dizer de São Paulo, que em 1969 — hoje acredito que a situação ainda seja mais diferenciada — arrecadou de ICM quatro bilhões e duzentos milhões, enquanto todo o Nordeste não somou sequer novecentos milhões? A verdade, a triste verdade, é que nossa participação na produção industrial do País tem declinado progressivamente. Em 1950 chegamos a representar 9,6%; em 1967 já éramos apenas 6,8%, e tudo nos fez crer que atualmente ainda seja menor o nosso quinhão.

Isso apesar do notório interesse demonstrado por todos os Presidentes da Revolução, a partir de 1964, pelo desenvolvimento do Nordeste, que por esse tempo, malgrado já se haver criado a SUDENE e o Banco do Nordeste, atingira índices alarmantes de em-

pobrecimento. Desde a primeira hora, quando visitou o Nordeste em junho de 1964 foi peremptório o inesquecível Presidente Castello Branco ao declarar que era impossível e insuportável prolongar a existência de um Brasil em desenvolvimento, ao lado de outro mergulhado na miséria.

Não menos enfático seria o Presidente Costa e Silva ao proclamar que salvar o Nordeste era salvar o Brasil. E o Presidente Médici, ainda hoje tão cercado da estima e do reconhecimento público pelos inestimáveis serviços prestados ao povo brasileiro, emocionado ante o que lhe fora dado presenciar numa visita à região, não duvidou dizer que o Chefe da Nação não podia compreender a existência de compatriotas seus em condições tão precárias.

A verdade é que, a partir de 1965, um sopro de esperança alentou o coração dos nordestinos que, após decênios de sofrimentos e de pobreza, imaginaram ver despontar no horizonte a estrela da redenção. Se não deles, pelo menos dos seus filhos ou de seus netos. E aquelas mãos calosas levantaram-se agradecidas. Principalmente através dos incentivos fiscais, alguns milhões de cruzeiros reanimaram a economia regional graças a um efeito multiplicador, que fez dos incentivos fiscais motivo de estudos em importantes centros econômicos do mundo. Orçou em quase cem milhões o montante de 1965. Mas, em 1966, já alcançava cento e sessenta e três milhões, subindo para duzentos e setenta e seis em 1967, trezentos e sessenta e quatro em 1968, quinhentos e treze em 1969 e setecentos e oitenta e dois milhões em 1970.

A essa altura inventou-se, porém, a balela de que o Nordeste iria enriquecer. Na verdade — excetuada a esperança que era tão grande quanto a nossa gratidão — ainda permanecíamos pobres. As perspectivas é que eram boas: além de abrirmos um mercado promissor para a indústria do Centro-Sul, e darmos aos seus empresários oportunidades de investirem, sem ônus, metade do que deveriam recolher de Imposto de Renda, ativara-se o mercado de trabalho, criando-se novas faixas de emprego com salários razoáveis. Já nem todos precisavam emigrar em busca da fortuna, de uma fortuna enganadora que, entretanto, atraíu milhões de infelizes nordestinos que foram morrer nas fábricas e nos cafezais do Sul.

De fato foi extraordinário o que fizeram os incentivos nessa primeira fase, que uns estendem apenas até 1968, outros levam até 1970. Cinco e meio bilhões de cruzeiros foram mobilizados e utilizados da maneira mais criteriosa de que se tem notícia na história da administração pública brasileira. Criaram-se cerca de 500.000 empregos na indústria e na agricultura, justamente em uma das regiões de mais baixa renda *per capita* do mundo. Ressurgiram atividades econômicas então decadentes, ao mesmo tempo em que, pelo contato com técnicas modernas, reaparelharam-se áreas tradicionalmente estagnadas.

Foi um trabalho sério e benemérito o realizado pela SUDENE e os seus técnicos, os seus sacrificados técnicos, aos quais desejo aqui render um tributo de reconhecimento, especialmente como ex-Governador da Bahia.

**O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — Piauí)** — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com muito prazer.

**O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — Piauí)** — Nobre Senador Luiz Viana, V. Ex<sup>a</sup> iniciou o seu extraordinário discurso dizendo que trazia uma nota de desalento à discussão da matéria. Peço permissão para introduzir no seu discurso uma nota lúgubre: segundo dados recentes, fornecidos pela SUDENE, houve neste ano, até o dia 30 de junho, uma distribuição global dos incentivos fiscais, inclusive o FINOR, da ordem de 707,2. A Bahia absorveu 210,8; Pernambuco, por sua vez, absorveu 151,3. Os dois Estados absorveram 362,1, portanto mais de 50% dos incentivos fiscais distribuídos pela SUDENE ao Nordeste. Se aos índices da Bahia e de Pernambuco adicionarmos a Paraíba, que recebeu 89,8, e os do

Ceará, que recebeu 71,3, teremos o total de 523,2, número que representa 75% dos incentivos fiscais distribuídos.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Aliás, esses dados que V. Ex<sup>a</sup> está revelando já foram utilizados pelo nobre Deputado Hugo Napoleão e, em outra oportunidade, pelo nobre Senador Arnon de Mello, se não me falha a memória.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com muito prazer.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — O quadro que V. Ex<sup>a</sup> descreve é real. E é tão agressivo que não seria necessário recorrer-se a fontes estatísticas para constatá-lo. Bastaria ir ao Nordeste ou sentir a consequência das grandes retiradas e da tranqüilidade que remonta há séculos. O problema mais grave do Nordeste — parece-me — é a concentração de população, que corresponde a quase um terço da nacional, em uma das áreas mais pobres do País.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Do Mundo.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — No passado, essas migrações, sobretudo cearenses, se derivavam para a Amazônia. Era o caminho natural daqueles que procuravam a sobrevivência na cultura dos seringais. Posteriormente, essas populações seguiram para São Paulo e, logo depois, para o Paraná. Fui testemunha das grandes, das repetidas, das renovadas caravanas que chegavam àquele Estado. Lá, os nordestinos se encarregaram da parte mais difícil — o desbravamento da mata. A mata paranaense foi desbravada pelo nordestino; o café, cultivado pelo mineiro; e, em seguida,...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Não só a mata. Também a política. V. Ex<sup>a</sup> chegou da Paraíba e nos honra, aqui, com a sua presença.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — Fui também um dos retirantes. Assisti a um caso singular. Chegava uma dessas grandes caravanas e, não encontrando trabalho, o Governador de então entregou, mediante venda, uma área devoluta aos nordestinos, que construíram a cidade de Itaguaçu. Estão todos hoje muito bem situados. Aqueles que chegaram extremamente exangues e miseráveis hoje são produtores e seus filhos estão nas Universidades. Foi quase que um milagre, porque houve um mínimo de assistência. A meu ver, a grande solução para o Nordeste seria disciplinar e encaminhar esse êxodo não para a Transamazônica, para terras sem fertilidade alguma, mas para Rondônia, o Acre ou o Guaporé.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — A tese de V. Ex<sup>a</sup>, dizem, é a mesma do Ministro Delfim Netto: o Nordeste deve produzir gente para depois enriquecer o Sul.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — Excelência, é melhor produzir gente do que produzir cadáveres.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Julgo que melhor seria produzir gente, instruindo-a e fazendo-a feliz.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — Essas migrações existem, e de maneira desumana e injusta. Não há mais condições de o nordestino ir para o Amazonas ou para o Paraná, porque neste Estado o café foi erradicado e hoje ali existem culturas extensivas.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Agora vamos plantar café na Bahia.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — É também uma alternativa, mas não creio haja condições para a ocupação de mão-de-obra tão ampla. Defendemos a seguinte tese: a ocupação das áreas férteis do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso. Ao invés de o Governo favorecer os grandes latifúndios de amanhã, permitindo a venda de enormes áreas de terras a firmas internacionais e nacionais, que ele discipline o êxodo. Far-se-ia algo muito mais importante pa-

ra o nordestino e para o País do que a concessão desses subsídios ilusórios que, na realidade, só fazem empobrecer ainda mais o Nordeste. Lembro-me de um documentário a que assisti, há alguns anos, acerca de uma região desértica russa, onde os marsupiais — uma espécie de canguru — se desenvolviam de tal sorte que não tinham condições de sobrevivência, porque a terra era pobre demais. Para evitar a inanição geral, anualmente se retirava o excesso, que era deslocado, ordenadamente, para outras áreas. É assim que se deverá proceder com grande parte do povo nordestino.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Agradeço a V. Exª seu aparte.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — Agradeço a V. Exª a atenção com que me ouviu.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará)** — V. Exª permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com prazer.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará)** — Nobre Senador Luiz Viana, mencionava ouvir atentamente, até o final, sem qualquer interrupção, o abalizado pronunciamento de V. Exª, ainda mais porque, ao lhe ser dado o primeiro aparte, pelo nobre Senador Paulo Guerra, V. Exª praticamente demonstrou o desejo de que o Plenário deixasse para apartear-lo no final do seu discurso.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Não é bem isso. Como V. Exª e o nobre Senador Paulo Guerra são conhecedores do assunto, dizia eu ao ilustre representante pernambucano que S. Exª estava antecipando idéias que constavam do meu discurso.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará)** — Já que apartes — e brilhantes — foram concedidos pelos nobres Senadores Helvídio Nunes e Leite Chaves,...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Tenho muito prazer e fico honrado com a participação de V. Exªs

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará)** — ... como nordestino sinto-me também na obrigação de apartear-lo. Enalteço o seu pronunciamento nesta tarde, pronunciamento insuspeito, pela sua condição de Senador pela Aliança Renovadora Nacional. Considero-o um verdadeiro libelo contra Governos que até agora se mantêm impotentes para corrigir o pauperismo e a indignância em que vive o Nordeste brasileiro. Não se diga que a representação política do Nordeste até hoje tem sido omissa na reivindicação de providências governamentais. Inclusive, na legislação passada, Senadores organizaram a COCENE. Realizaram um trabalho de profundidade, diagnosticaram as causas do empobrecimento do Nordeste e ofereceram esse contributo valioso ao Governo de então, para a adoção de todas essas medidas que significassem a aceleração do desenvolvimento nordestino. V. Exª traz, realmente, um diagnóstico preciso, abalizado, com dados estatísticos, que entendo ser um libelo contra os governos que, até hoje, se têm mantido impotentes para, pelo menos, atenuar o empobrecimento, sempre crescente, da Região Nordeste.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — É apenas um diagnóstico, não um libelo.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com prazer.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará)** — Até o fim do discurso de V. Exª, intenção nossa era ouvi-lo, pela importância de que se reveste. Mas já que citada, indiretamente, pelo ilustre representante do MDB do Ceará, a obra que, junto com o Senador Dinarte Mariz e Senadores e Deputados outros — pois a obra não foi só de Senadores — do nosso Partido — realizamos, dizemos que o discurso de V. Exª não um libelo. É um diagnóstico.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Aliás como o situei.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará)** — Sabendo, por nimia gentileza de V. Exª, que iria pronunciar este discurso, reservamo-nos para esclarecer este Plenário tanto aquele discurso anterior do eminente Senador por Pernambuco, Marcos Freire, como o de V. Exª, mas, desde já, dizendo que o diagnóstico que V. Exª está fazendo retrata situação à qual o Governo não ficou indiferente. Pelo contrário.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Também está expresso no meu discurso. O Presidente Geisel, através de várias medidas, como dito no II PND, está procurando atenuar, minorar, vencer esta situação. Apenas faço, a lareira, algumas observações, por me parecer que os meios previstos no II Plano Nacional de Desenvolvimento são insuficientes para superar a situação. Espero demonstrá-lo um pouco adiante.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará)** — Como não somos impacientes, como a nobre Oposição, vamos esperar o discurso de V. Exª, mas desde já...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Agradeço a V. Exª

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — Ceará)** — ... afirmamos que o documento em referência teve muitas de suas recomendações atendidas pelo Governo da Revolução.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Muito bem.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Permite V. Exª um breve aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com muito prazer.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Ouvi o aparte do eminente representante do MDB do Paraná, filho do Nordeste, pergando o esvaziamento das melhores potencialidades nordestinas.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Com o meu protesto.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Sabe V. Exª que as correntes migratórias são feitas por homens de coragem, homens de arrojo e de capacidade.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Tem V. Exª toda razão.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — Ficam no Nordeste somente os velhos, os doentes e os homens sem esperança. Lamento que a defesa desta tese tenha sido desenvolvida por um eminente Senador filho do Nordeste e vitorioso nas plagas do Sul.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Muito obrigado a V. Exª

Sr. Presidente e Srs. Senadores, por algum tempo os bons ventos enfuraram nossas velas, e tínhamos porque acreditar, graças ao trabalho do povo, o duro trabalho do povo, e as esperanças iniciais dos nossos empresários, que uma nova face se descobria para o sofrido mundo dos nordestinos. Correria, porém, que o Nordeste iria enriquecer. E até que já estava rico, conforme alguns repetiram de boa fé, sem atentarem em que continuávamos ainda bem pouco mais do que miseráveis.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — Paraná)** — Senador Luiz Viana, permita-me mais uma intervenção. (Assentimento do orador.) Meu aparte inicial — creio — não foi entendido por V. Exª e seguramente também não o foi pelo Senador Paulo Guerra. Gostaria de complementá-lo. No Nordeste, a meu ver, o grande instante de esperança que houve foi a criação da SUDENE. Lá estivemos há muitos anos, e vimos o Nordeste como que num começo de redenção...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — A isso vou referir, V. Exª verá que a minha tese é essa também.

O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná) — ... não através de uma realização direta, mas da formação dos técnicos que estavam saindo de lá.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — V. Ex<sup>a</sup> ouviu minha referência aos técnicos, rendendo-lhes homenagem.

O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná) — Sim. Mas isso foi feito quando a SUDENE estava sob a orientação de um homem qualificado como Celso Furtado. Depois da Revolução, a SUDENE passou a ser administrada por burocratas, homens de conhecimentos limitados.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — A observação de V. Ex<sup>a</sup> não é exata.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA—Ceará) — Não pode passar sem um protesto esta afirmativa!

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Depois da Revolução a SUDENE foi administrada por eminentes figuras que realmente prestaram os mais relevantes serviços àquela Região e ao País, fossem Ministros ou fossem os Superintendentes da SUDENE.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA—Rio Grande do Norte) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná) — Mas sem a qualificação necessária para empreendimento daquela natureza. Quero dizer, dirigir a SUDENE ao nível intelectual...

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — É uma observação pessoal de V. Ex<sup>a</sup>. Não sei qual a qualificação que V. Ex<sup>a</sup> exigiria, mas lembro que, como Ministros, tivemos Cordeiro de Faria...

O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná) — Que qualificação tem Cordeiro de Faria para dirigir a SUDENE?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — ... depois tivemos João Gonçalves e Costa Cavalcanti, isso no Ministério.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA—Pernambuco) — Lembro o nome de Albuquerque Lima.

O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná) — Qual a qualificação, repito, que conhecimentos doutrinários, especializados, teria um homem desses, militar, para comandar uma escola como seria a SUDENE?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Concedo, agora, o aparte ao nobre Senador Dinarte Mariz, não sem antes ressaltar que os militares brasileiros representam uma elite educada e preparada para altos postos.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA—Rio Grande do Norte) — Não queria interrompê-lo. Estava escutando, como do meu dever, o diagnóstico que V. Ex<sup>a</sup>, com tanta precisão e com tanta competência, está fazendo sobre o Nordeste. O aparte do nobre Senador pelo Paraná, nosso eminente paraibano Leite Chaves, enquadra-se, perfeitamente, na parte em que V. Ex<sup>a</sup> falou sobre educação. Realmente, todos os países subdesenvolvidos devem ter a prioridade do seu desenvolvimento na educação. Então, a presença do nosso eminente colega pelo Paraná, nesta Casa, é a demonstração, sem dúvida nenhuma, positiva, do discurso inicial de V. Ex<sup>a</sup> — a educação acima de tudo. Realmente temos que fazer o que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo e que eu, dentro das minhas limitações...

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Não apoiado!

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA—Rio Grande do Norte) — ... tenho procurado realizar nesta Casa.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Ainda ontem V. Ex<sup>a</sup> trouxe contribuição valiosa com este mesmo objetivo.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA—Rio Grande do Norte) — É possível.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Só o que não é possível é o silêncio.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA—Rio Grande do Norte) — Ontem, por exemplo, eu frisava que uma das medidas mais importantes para o Nordeste seria a educação profissionalizante: semear ginásios profissionalizantes por todo o Nordeste. Ai as migrações não precisariam ser conduzidas; far-se-iam naturalmente. O homem educado, o homem com a capacidade profissional, ele escolhe o seu destino. Portanto, na educação, está prioritariamente uma das medidas essenciais para nos libertarmos economicamente. Neste ponto chamo a atenção da Casa para a atitude do Presidente Geisel que, num só ato, talvez tenha protegido o Nordeste por todos os Governos passados. Os incentivos fiscais — e tenho autoridade para assim dizer, porque fui Governador àquela época e um dos que assistiram e colaboraram na instalação da SUDENE — foram recebidos com festas, com ânimo, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem acentuou quando se referiu à euforia que havia no Nordeste. Depois veio o esvaziamento da SUDENE; vieram os sistemas de corrupção. Agora, mais recentemente, o Presidente Geisel, acabando com o intermediário para a captação dos incentivos, deu realmente ao Nordeste a média de 30 a 40% dos incentivos que estavam sendo sonegados e que ficavam na Região Centro-Sul do País. Este é fato que reputo da mais alta gravidade: faz pouco tempo, antes do decreto do Presidente Geisel, o Ministro do Planejamento convocou os empresários do Centro-Sul do País, notadamente os de São Paulo, para discutir a economia nordestina; reputo esse fato um erro. Devemos repudiar todos os atos que nos tornam como que escravos de outra região. Não é possível discutir-se os interesses do Nordeste com os empresários de São Paulo. É hoje um absurdo que se deem incentivos aos industriais do Centro-Sul do País. O que eles têm hoje com os incentivos, se estes são recolhidos diretamente ao Banco do Nordeste? Se a SUDENE é que encaminha o seu emprego, pergunto a V. Ex<sup>a</sup> e ao País: por que vão receber ações daquelas indústrias que são implantadas no Nordeste? Não tem sentido, e devemos chamar a atenção do Governo para problemas como este porque, aos poucos, vamos corrigindo os erros, e este reputo da mais alta gravidade, para a economia e para o futuro da nossa Região.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA—Ceará) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) — Não falo discutir o mérito das afirmativas do eminente representante do Rio Grande do Norte; apenas fixar a posição do Governo; juntamente com o Senador Paulo Guerra aqui presente, e com outros representantes do Nordeste, num findar de sessão legislativa, fomos convocados pelo Sr. Ministro da Fazenda, o eminente Professor Mário Henrique Simonsen, para estudarmos, darmos opinião, apresentarmos emendas a projeto que daria como resultado — e o deu — a criação do FINOR, do FINAM, do FISET, esses Fundos que, uma vez em funcionamento, acabariam com essa mácula, que era o tráfico de influências, o tráfico de valores que se obtinha, quando se precisava recorrer a uma intermediação, para a aplicação desses incentivos.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Muito bem.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA—Ceará) — O Senador Paulo Guerra, aqui presente, poderá testemunhar o fato.

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Eu também vou testemunhar com o meu discurso.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA—Pernambuco) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia) — Pois não.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA—Pernambuco) — Eminente Senador Luiz Viana, o Senador Virgílio Távora tomou 70% do aparte que eu havia solicitado a V. Ex<sup>a</sup> e concordo, plenamente, sou testemunha das suas declarações aqui.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Fico honrado com os 30%.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA—Pernambuco)** — Os 30% do meu aparte são para defender aqueles que passaram pela SUDENE, depois do Sr. Celso Furtado. Nesta tribuna, apesar de discordar da orientação filosófica do Sr. Celso Furtado, sempre fiz a S. S.ª as maiores referências pelo trabalho pioneiro de implantação da SUDENE. Agora, não posso aceitar caído, como nordestino, como Governador de Pernambuco, que recebi e senti a inquietação de homens como Rubens Costa, Euler Bentes Monteiro, João Gonçalves da Silva, essa injustiça praticada pelo eminente representante do Paraná, que se distanciou do Nordeste, portanto, da realidade nordestina.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Muito bem. Vou continuar, Sr. Presidente.

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — Senador Luiz Viana, permite-me V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador.) — Esse fluxo de apartes mostra a importância do tema que V. Ex.ª versa nesta Casa. Mas estamos procurando discutir soluções. Como V. Ex.ª disse, o Governo, no II PND, falou em minorar o sofrimento. Queremos ver se o erradicamos. Porque entendemos que o caso do Nordeste...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Pois é justamente aí onde vou chegar.

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — ... somente se resolverá dentro de um quadro amplo da solução nacional. Veja V. Ex.ª o que pensamos, em síntese: eu disse que a SUDENE foi uma frustração. Depois que por lá passou Celso Furtado, vieram apenas burocratas de dimensão pequena, que não tiveram outra qualificação senão decaminhar a SUDENE para atividade quase que político-partidária e ela se deteriorou; deteriorou-se como imagem, inclusive nacional, porque não havia alguém no seu comando, com estatura intelectual e técnica, para diferenciar caminhos, definir novos rumos.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Acho que V. Ex.ª está sendo profundamente injusto.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA—Ceará)** — Profundamente injusto! O Doutor Rubens Costa é um dos economistas mais acatados neste País.

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — Nem no BNH, onde havia grande quantidade e acervo de dinheiro, ele conseguiu resolver coisa nenhuma.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Não significa que não seja qualificado, como V. Ex.ª diz.

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — O problema nordestino é este, o êxodo sempre existiu e jamais alguém se incomodou com os miseráveis "paus-de-arara". O que queremos é que, ao invés de essa gente sair perdida, sem direção e sem destino, saia não para servir...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Perdoe-me, mas V. Ex.ª está fazendo afirmações que são inteiramente gratuitas. Nós nos incomodamos com os "paus-de-arara", há vinte anos.

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — Mas nunca houve uma solução.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Há vinte anos que nós, na Câmara, e aqui — talvez, o Senador Virgílio Távora, o Senador Paulo Guerra — nos preocupamos com o assunto. Perdoe-me, mas V. Ex.ª estava distante, estava no Paraná, estava no Banco do Brasil...

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — Mas, jamais me esqueci da Região em que vivi.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Mas, V. Ex.ª não viu o que nós modestamente fizemos. Agora, V. Ex.ª não deve dizer que nos esquecemos do "pau-de-arara". Sempre vimos, constrangidos, aquele espetáculo doloroso do "pau-de-arara", e sempre procuramos uma solução. Estou aqui por isso: para que não volte a haver o "pau-de-arara".

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — Se o Governo aproveitasse as áreas disponíveis, as áreas de fronteiras que são enormes, mas áreas férteis, se desse o mínimo de amparo ao homem, o nordestino realizaria milagres neste País, não apenas o milagre de fugir e morrer de fome e desamparado pelas estradas do Brasil afora. Fora isso, não vejo uma solução para o País. É retirar-se, é diminuir-se a incidência...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Tenho um limite de hora...

**O Sr. Leite Chaves (MDB—Paraná)** — Quero dizer, por último, que ao meu ver e ao ver de muita gente entendida no assunto neste País, que a solução para o Nordeste diz diretamente com a concentração populacional numa área extremamente pobre do Brasil.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Compreendo, naturalmente, que V. Ex.ª faça um discurso sobre o assunto, porque, realmente, é importante e vasto.

**O Sr. Agenor Maria (MDB—Rio Grande do Norte)** — Senador Luiz Viana, V. Ex.ª permite um aparte ao amigo Agenor Maria? Seja breve.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Pois não. Tive até o prazer de citar V. Ex.ª e sempre o ouço com a maior satisfação.

**O Sr. Agenor Maria (MDB—Rio Grande do Norte)** — Serei breve, sucinto. Senador Luiz Viana, o problema do Nordeste fala mais alto aos nossos corações do que qualquer outro. Esta, a grande realidade. Não queremos divergir do Governo absolutamente...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Muito menos eu, que sou do Governo.

**O Sr. Agenor Maria (MDB—Rio Grande do Norte)** — ...o que queremos é defender o Nordeste.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Muito bem!

**O Sr. Agenor Maria (MDB—Rio Grande do Norte)** — Entre defender o Nordeste e divergir do Governo, há uma grande, profunda diferença! Nós, que vivemos no Nordeste, compartilhamos daquele sofrimento e vivemos na nossa própria carne aquele drama é que realmente nos une aqui, na defesa comum de toda aquela Região. Acredito que a questão da comercialização dos produtos do Nordeste é uma das mais conflitantes e de maior complexidade na nossa região. Vou citar um exemplo: em 1973, o Governo achou por bem, através de uma portaria, proibir a saída, a partir de janeiro de 1975, das matérias-primas *in natura*, em termos de couros e peles. Em 1973, valia 22 cruzeiros um couro de caprino, e com esse couro de caprino, o homem do campo comprava trinta e sete quilos de torta. Com a proibição, desapareceu do comércio o comerciante exportador e o couro de caprino caiu de 22 para 5 cruzeiros.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — V. Ex.ª, aliás, sobre o assunto, já fez um grande discurso.

**O Sr. Agenor Maria (MDB—Rio Grande do Norte)** — Pois não. A partir daí, para demonstrar que na comercialização repousa um dos grandes problemas do empobrecimento do Nordeste. O segundo ponto é a modificação da filosofia tributária, que se elevou de 5,7 para 18%, acarretando ao homem do campo, em cima da sua matéria-prima, uma sobrecarga tributária para cuja resposta ele não tem rentabilidade. O terceiro problema é que a estrutura comercial é danosa aos interesses de quem produz. Estamos, agora, vivendo o se-

guinte quadro: algodão 34/36, 3 cruzeiros e vinte centavos; algodão 38/40, 4 cruzeiros. Mas a SANBRA esta classificando todos como tipo 34/36. Paga somente 3 cruzeiros e 20 centavos. E quem vai dizer o contrário? E o agricultor vai perdendo 80 centavos por aquilo de algodão, já que a SANBRA compra e dá a classificação que bem entende. E aí vai, realmente, o empobrecimento do pequeno e médio proprietário do Nordeste. Muito obrigado a V. Exª pela deferência.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Muito grato a V. Exª

Vou agora ouvir o aparte de um bom vizinho do Nordeste que é um Senador do Espírito Santo.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Nobre Senador, às vezes, branca nuvem cospe um raio. Em seis meses de funcionamento do Senado não ouvi, aqui, de parte da Bancada da Oposição, nenhuma acusação, nenhuma citação, nenhuma diatribuição tão violenta como a que acabo de ouvir.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — V. Exª está sendo injusto comigo. Não estou fazendo diatribuição, estou fazendo é um diagnóstico; não posso esconder uma realidade.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Pelo discurso de V. Exª...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — É que V. Exª, logicamente, ainda não ouviu o fim do meu discurso. Ele é como a lua, tem duas faces: uma escura e outra clara; chegarei, também, à face clara.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Quanto a mim, estou na face oculta, agora. (Risos.)

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Então, V. Exª está na face oculta.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Exato. Ouvi V. Exª fazer uma acusação violenta; partida de um homem do MDB, seria desculpável, mas de um homem que é Senador da República, que foi ex-Governador de um grande Estado nordestino e foi Chefe da Casa Civil do Presidente Castello Branco, é gravíssimo. Ouvir isso, aqui, partindo do nobre Senador...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Espero que não seja grave, mas que seja útil.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — ... é gravíssimo.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — O que desejo é que ela seja útil.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — V. Exª ouviu, aqui, o nobre Senador Mauro Benevides dizer que era uma acusação? Não, Excelência, não um libelo, não uma acusação; ouvi de V. Exª uma ameaça à unidade nacional.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Realmente, está dito no meu discurso, que não é possível que miséria e riqueza convivam juntas indefinidamente.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Convoco o espírito de equilíbrio de V. Exª, detentor de uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras. O discurso de V. Exª não foi feito ao sabor da improvisação; foi pensado, sentido, pesado e medido.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — E tudo que eu disse estou disposto a confirmar.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Não me admiro que V. Exª tenha citado os padrões de miséria do Nordeste, absolutamente. Quero trazer o meu protesto, como sulista, diante da acusação gravíssima que V. Exª deixou transparecer nas suas palavras. Até quero convocar V. Exª. Portanto, repito: não é uma

simples acusação, não é uma advertência solene, é uma ameaça que V. Exª faz, quando diz...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Não faço ameaças.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Permita-me, pois vou explicar.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Permito, mas não posso deixar que V. Exª queira me atribuir coisas a que eu deva ouvir calado. Não estou fazendo ameaça nenhuma; estou chegando a um resultado, a um diagnóstico. No meu entender — e se V. Exª quer que repita eu o faço — não é possível que o Brasil continue dividido numa parte próspera, rica, com bem-estar e outra, miserável, ignorante, doente, com fome. Isso não será possível através do tempo. Pode não ser nos nossos dias, para nossos filhos, para nossos netos, mas ou nos aproximamos disso ou se esse fosso for se alargando, então, há uma ameaça para a segurança nacional.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Mas, V. Exª não disse "para a segurança nacional". É uma ameaça maior, a que V. Exª disse, nobre Senador: "uma ameaça à integridade territorial do Brasil". V. Exª faz, então, uma acusação, um libelo, uma ameaça, e na sua lança atrevida hasteia uma bandeira de desintegração do Território Nacional. Ora, o Sul tem acudido ao Norte no quanto nos é possível. Mas V. Exª, Chefe da Casa Civil de um Presidente da República dizer: "ou o Governo da Revolução, depois de 1970, acode ao Norte ou V. Exª não responderá pela integridade nacional". V. Exª faz uma ameaça tremenda, uma ameaça que nunca aqui ouvimos, nem dos novos Membros da Oposição nem tampouco daqueles do Governo.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Está dito em vários livros, é uma idéia inteiramente corrente, corriqueira.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Então, que se registre, porque neste caso não está partindo de um Senador...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Faço votos que V. Exª fique na parte rica, porque, por enquanto — a verdade é esta — o Espírito Santo ainda está na parte pobre, na parte sofrida do Brasil.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Mas, é como espírito-santense, como brasileiro que fico arripiado diante da acusação de V. Exª: "ou o Governo socorre o Norte ou V. Exª não responde pela integridade Nacional".

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Não vou responder por coisa nenhuma, V. Exª é que está querendo fazer um exagero que, aliás, é do seu temperamento.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Então, vou dizer a V. Exª Vou refrescar a sua memória.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — O que estou dizendo é isto: é possível que o Brasil continue dividido em dois? Não é possível.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — V. Exª é que está dizendo, não sou eu.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Somos responsáveis por isso? Temos responsabilidades, devemos uniformizar o Brasil.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Fico grato a V. Exª

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Por isso que a Revolução, desde 1965, faz um esforço imenso para que esse fosso seja gradativamente diminuído. É um esforço imenso; está em todos os Programas de Governo, desde os Presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e o II PND. Eles fizeram um esforço ho-

nesto, sério, importante. Nem sempre, porém, as circunstâncias, as contingências, sobretudo as contingências do mundo atual, levaram a um resultado adequado.

Então, se V. Ex<sup>a</sup> tiver um pouco de paciência verá que vou solicitar, exatamente, que se faça uma revisão no II PND, para que se atinjam as metas propostas pelo Presidente Ernesto Geisel. Parto do seguinte: não há ninguém mais íntegro, mais sério do que o Presidente Geisel. Sua Excelência é incapaz de enunciar qualquer coisa que, realmente, não deseje fazer.

Então, o II PND, que é da sua responsabilidade, tem metas; essas metas são fixas, serão permanentes. Mas, as circunstâncias podem ter mudado, e aí é que digo que acredito ser necessária uma revisão nos recursos para obtenção dessas metas, recursos que, no momento, acredito insuficientes.

Se V. Ex<sup>a</sup> puder concluir o aparte, agradecerei.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Concluirei. V. Ex<sup>a</sup> estava traçando o diagnóstico do Brasil; nem é mais um diagnóstico, é a diátese nacional. Mas V. Ex<sup>a</sup>, então, conclui: "Ou o Governo socorre o Nordeste ou V. Ex<sup>a</sup> não responde pela integridade nacional".

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Eu não respondo. O discurso está escrito. . .

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — Espírito Santo)** — Está no discurso, um discurso pensado, da responsabilidade de um Membro da Academia Brasileira de Letras e ex-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, como sulista e como brasileiro, quero que minha área passe fome, mas não quero, de modo algum, comprometer a unidade nacional. Quero, sim — e aqui cito as palavras de João Batista para Cristo: "Quero diminuir; mas quero que Ele — a minha Pátria — cresça".

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Sr. Presidente, depois dessa pequena tempestade num copo d'água, vou continuar, porque o eminente Senador Dirceu Cardoso, meu velho camarada e amigo, me atribuiu palavras, e não somente palavras, que não podiam estar e nem estão na minha intenção.

O certo é que a invenção foi uma desgraça. Inopinadamente, como se fosse um crime ou uma estultice admitir-se que vencêssemos aquela degradante barreira do subdesenvolvimento, vimos estraçalhados os incentivos fiscais.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB—Sergipe)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA—Bahia)** — Evidentemente, não me refiro ao que se reservou aos nossos também necessitados irmãos da Amazônia ou do Espírito Santo, que têm a nossa integral solidariedade.

Foi uma dura desgraça para o Nordeste, e também para a Amazônia, Sr. Presidente. Não somente se estancaria imprevisivelmente o afluxo de recursos indispensáveis para o prosseguimento do que se iniciara dentro de determinadas previsões de recursos, senão também que interrompia drasticamente aquele sopro de progresso e desenvolvimento que mal começava a embalar os sonhos dos nordestinos. Posso mesmo acrescentar que muitas empresas estão encontrando dificuldade em sobreviver por não mais poderem contar com a indispensável complementariedade de recursos inicialmente previstos. A redução dos incentivos tem esmagado os empresários nordestinos, não sendo poucos os que já se transferiram ou transferem para as plagas bonançosas do Centro-Sul.

Não desejo, porém, perder-me em palavras. Ao passo que os incentivos, tal como foram criados, prenunciaram que o Nordeste crescería a taxas mais altas do que as do País, único meio de ser diminuído o ignominioso fosso que nos separa das regiões mais ricas, e até das menos pobres, a situação atual implantou a reversão de tudo aquilo com que tão justamente sonháramos para que o Brasil seja um só, e não dois distanciados por tão diversas condições de vida.

De fato, pensáramos estar banido da História Econômica do Nordeste aquele terrível processo que nos mergulhou na pobreza e na ignorância. Ele, entretanto, aí está a renascer.

Na realidade não apenas deixamos de crescer a taxas maiores do que as do Brasil, mas começamos um processo de reversão, passando a crescer a taxas menores do que as do País. O que significa que, se assim continuar, será inteiramente utópica aquela perspectiva do II PND, no sentido de ser reduzido o hiato que separa o Nordeste de outras regiões. Assim, mesmo em 1965, quando crescêramos apenas à taxa de 3,9%, suplantáramos a do Brasil, cujo crescimento fora de 2,7%. Em 1967, cresceu o País 4,8% — o Nordeste cresceu 10,8%. Em 1970, aos 9,5% do Brasil pudemos apresentar uma taxa de 10,9%. Foi, porém, uma despedida. Em 1971 e 1972, enquanto o Brasil cresceu, respectivamente, 11,3% e 10%, o Nordeste ficou modestamente em 10,2% e 8,7%. Ainda agora, em relatório apresentado em 31 de julho último, reconhece a Secretaria Executiva da SUDENE, em relação ao primeiro semestre do ano em curso, "que a economia nordestina registrou pouco dinamismo em consequência de uma relativa estagnação do setor pecuário, de um lento crescimento do setor industrial". E além de prever um decréscimo de 1%, em relação à Agricultura, estima para o desenvolvimento do Nordeste um crescimento da ordem de 3%, inferior, portanto, à taxa de crescimento do Brasil, a qual mesmo os pessimistas orçam em 5%. Que futuro aguardará o Nordeste, a serem exatos os índices acima mencionados?

Quem os enuncia não sou eu, e sim o próprio Superintendente da SUDENE. Ora, Srs. Senadores, como o tenho feito em outras oportunidades, ao longo deste discurso, desejo, ainda uma vez, invocar o II PND, para lembrar que, entre as condições previstas para que o Nordeste crescesse a taxa superior a 10% ao ano, estava a de que esse crescimento fosse, na indústria, da ordem de 15%, e na Agricultura entre 6 e 7%.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — Sergipe)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Agora, tenho o prazer de ouvir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — Sergipe)** — Estava no meu gabinete, quando comeci a ouvir o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e aproximei-me do plenário...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — Sergipe)** — ... primeiro, pela qualificação de V. Ex<sup>a</sup>, verdadeiro porta-voz da nossa região, segundo, pelo fato, expressivo para mim, de as palavras de V. Ex<sup>a</sup> serem declaradamente um diagnóstico. Meus ouvidos de médico se sensibilizaram com essa terminologia, digamos, hospitalar.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — De médico, de poeta e de louco, V. Ex<sup>a</sup> sabe todos nós temos um pouco.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB—Sergipe)** — Exato. Aliás, a tônica dos discursos de V. Ex<sup>a</sup>, e da ARENA em geral, em referência ao Nordeste, tem sido a de diagnósticos, e, justamente, por só haver diagnósticos no Nordeste...

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** Vou entrar na terapêutica, V. Ex<sup>a</sup> espere um bocadinho...

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB—Sergipe)** — Aguardarei, com muita honra, mas diria a V. Ex<sup>a</sup> que, justamente, por ser geralmente diagnóstico é que a família do doente tem aquela impaciência registrada pelo Senador Virgílio Távora, inclusive, porque, se o diagnóstico é perfeito, o tratamento tem deixado a desejar. Por este motivo, pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, e, diretamente, à ARENA, se não observaram que a família do doente tem intenções de mudar de médico? Aliás, já começaram a mudar de médico, ultimamente (risos) e parece será a melhor solução, porque, de diagnóstico em diagnóstico, chegaremos ao atestado de óbito. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>



**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia)** — Espero que, com a minha recíta, a família do doente mude de opinião.

Dizia eu, Sr. Presidente, que não preciso de alongar, nem fatigar os ouvidos com digressões outras para mostrar, de maneira inequívoca, que ou o Governo resolve tomar medidas outras, inovando nas suas iniciativas, como estou certo de que o fará, ou o Nordeste em lugar de crescer, vai retroceder. Disso não há como fugirmos. Todos os números gritam, infelizmente, nesse sentido. Entre o que desejei o Presidente Geisel e a atual realidade, levantou-se uma barreira de circunstâncias que devemos derrubar ou transpor, sob pena de ficarmos ainda mais pobres.

Sei que algo já está sendo encaminhado, como é o caso da Emenda Constitucional, dando novo alento ao Fundo de Participação para os Estados e Municípios, do mesmo modo que o Decreto-lei nº 1.306, de janeiro de 1974, limitará o desvio de incentivos para o reflorestamento.

Não acredito, porém, que tais medidas sejam suficientes para que o Presidente Geisel possa transformar em realidade os seus patrióticos propósitos em relação ao Nordeste. A meu ver, e este é o apelo e a sugestão que daqui dirijo ao Governo, uma vez que somos constitucionalmente impedidos de legislar em matéria financeira, o que se torna imperioso, além da reformulação dos incentivos fiscais, concentrando-os no Nordeste, na Amazônia e no Espírito Santo, é eliminar a contribuição dos incentivos fiscais para o PROTERRA, nos termos do Decreto-lei nº 1.179, e para o PIN, conforme o Decreto-lei nº 1.106, de 1970. Aos dois citados Decretos-leis que responda o Governo com outro decreto-lei devolvendo aos incentivos fiscais as duas parcelas que, num montante de 50%, estão atrofando o fluxo de recursos para o Nordeste. Não é possível continuarmos a financiar projetos que devem ser da responsabilidade do Tesouro Nacional, ou do Banco Central. E isso para não falarmos da calamidade econômica que tem sido a infeliz política dos minifúndios, adotada pelo INCRA. Mas, isso é outra história.

O que realmente pretendo, Sr. Presidente, é dizer à Nação o que está ocorrendo no Nordeste. Não tenhamos ilusões. Em termos relativos, estamos, hoje, piores do que ontem, e tal estado de coisas é a completa negação dos objetivos da Revolução que, desde a sua primeira hora até hoje, são tão enfaticamente reiterados pelo II PND do Presidente Geisel.

Os planos não podem e não devem ser estáticos. É imperioso que se adaptem às circunstâncias e contingências, mormente os planos de prazo médio e longo. Ora, se está provado que os termos atuais são inadequados à recuperação do Nordeste, não vejo nem compreendo por que insistir nesse propósito. E o que o Nordeste está reclamando, pelos seus empresários e até pelo silêncio dos seus Governos é que se restabeleçam as bases iniciais dos incentivos que fizeram germinar riquezas e esperanças. Se tudo estava certo, por que motivo terão tão apressadamente mudado profundamente a política dos incentivos?

Hoje, a SUDENE é uma sombra do que foi: urge vificá-la. Dotá-la de recursos, de técnicos, daquele espírito que a fez num real fator de prosperidade para o Nordeste. É possível que em determinado momento fosse justificável a política adotada no PROTERRA e no Plano de Integração Nacional. Hoje é de evidência meridiana que o Brasil precisa mudar de rumo, para salvar o Nordeste.

Realmente, nada disso aconteceu por acaso, ou pela incapacidade dos nordestinos. Foi, sim, o resultado do que se chamou a atomização dos incentivos fiscais. O que se imaginara e com tanto êxito se realizara para redimir o Nordeste, num dos planos mais frutuosos do Brasil, logo se transformou numa espécie de bacia das almas, onde cada administração foi buscar recursos para obras que nada tinham com os objetivos iniciais dos incentivos. Assim se desviaram incentivos para a Pesca, para o Reflorestamento, para o Turismo, e por último, para a Transamazônica e para o PROTERRA; os dois últimos itens a absorverem somente eles metade dos incentivos. Para o Nordeste, que já sofrera a redução de 50%

do Fundo de Participação, concebido para compensar os Estados mais pobres dos prejuízos advindos da criação do ICM, representou verdadeira calamidade. Toda a economia nordestina se desequilibrou violentamente, verificando-se rápido retrocesso. A Bahia, graças à Petroquímica, ainda conseguiu manter a cabeça fora d'água. Os demais estão virtualmente afogados na pobreza irremissível. Como prometi não me perder em palavras, pedirei licença para alinhar alguns números que julgo eloquentes para se ver as desastrosas conseqüências da nova orientação dada aos incentivos fiscais. Em 1962, a SUDENE tinha 100% dos incentivos. Em 66 ainda detinha 84%, pois os 16% restantes haviam, em boa hora, se destinado à Amazônia. Mas, daí por diante, com a admissão da SUDEPE, da EMBRATUR, do IBDF, do PIN, e do PROTERRA foi a corrida para o abismo. Em 1970 já representávamos apenas 53%. E em 1972 estávamos reduzidos a míseros 24,6%, o que vale dizer que tínhamos apenas um quarto, a quarta parte, Sr. Presidente, daquilo que nos cabia originariamente. Será preciso dizer mais para se compreender, nitidamente, quais as causas da fase de vertiginosa e perniciosa decadência relativa que atravessa o Nordeste? Cada dia, comparados com o Centro-Sul, estamos mais distantes dos nossos patrícos dessa região. Para que se avalie o que significou a fragmentação dos incentivos, direi já haver visto estatística pela qual apenas até 1973 teriam sido desviados do Nordeste e da Amazônia 4,8 bilhões de cruzeiros. Imagine-se o que representa se fizermos os cálculos a preços correntes.

Evidentemente se torna, não apenas necessário, mas urgentes algumas dessas iniciativas corajosas capazes de interromperem esse regresso a um período de empobrecimento insuportável para a unidade nacional. Sei que o atual Governo não se tem mostrado insensível ao problema e medidas de importância já estão em curso, como o que ocorre em relação à gradativa modificação da distribuição do Fundo de Participação, bem como uma lenta alteração do sistema dos incentivos. Contudo, parecem-me providências de médio senão de longo prazo nos seus resultados. E o Nordeste já não pode esperar mais um dia, sob pena, não digo de vermos apenas estancado o nosso desenvolvido, mas perdido muito do que se realizou a custo de imensos sacrifícios. E isso sem falar no descrédito dos incentivos, que por ficarem aquém da demanda dos investidores provocaram a chamada indústria da captação de incentivos, que nada mais foi do que uma das faces por que se revelou a perniciosa fragmentação daqueles recursos. Até porque — e devo dizê-lo com pesar — mas com sinceridade, não creio que se possa modificar o triste panorama atual do Nordeste através dos recursos previstos no II PND, que se me afigura excessivamente modesto para a grandiosidade da tarefa reclamada. Não faz muito que o nosso ilustre Colega, Senador Marcos Freire, embora reconhecendo que o montante previsto de 100 bilhões a serem investidos no Nordeste, segundo previsão do II PND havia impressionado uma região pobre e sofrida como a nossa, bem pouco significava. Bastava dizer-se que o mesmo II PND, por sinal elaborado por um nordestino, como é o caso do Ministro Reis Velloso, prevê somente para Indústrias Básicas, Desenvolvimento Tecnológico e Infra-estrutura, 716 bilhões para a Região Centro-Sul. Isto é, mais de sete vezes o que se oferece para todo o Nordeste com os seus trinta milhões de habitantes. Salvo se houver o milagre da multiplicação dos pães, bem se vê que o Nordeste não se salvará com recursos relativamente tão modestos. Aliás, para uma população que representa 30% da brasileira, e cerca de 20% do território reservou-se apenas 5,7% dos investimentos previstos naquele Plano de Desenvolvimento Nacional. E isso quando o próprio Plano, muito sensato e patrioticamente, proclama ser necessário que crescamos a uma taxa superior à do País, para assim diminuirmos o hiato, o doloroso fosso que nos separa das regiões já em desenvolvimento ou desenvolvidas. Como crescemos mais depressa se os nossos recursos, proporcionalmente, são bem menores do que os destinados às demais regiões? Este, verdadeiramente, é um milagre que eu estimaria e me alegraria em ver explicado pelo Ministro Reis Velloso, que acredito ainda não esquecido dos seus pobres conterrâneos do Piauí.

No meu entender — esse é realmente o objetivo dessas minhas apreciações, modestas mas sinceras — não há porque o Governo não tome de logo, imediatamente, sem qualquer delonga, a iniciativa e a decisão de restituir aos incentivos fiscais do Nordeste as importâncias que lhes foram retiradas pelo Plano de Integração Nacional e pelo PROTERRA. Por que motivos deverão ser os investimentos decorrentes do PIN e do PROTERRA financiados de maneira diversa daquela por que são financiados no resto do País trabalhos e iniciativas inteiramente semelhantes às que foram buscar recursos através da violenta redução dos incentivos? Até hoje não sei, Sr. Presidente, e até hoje ninguém me convenceu da procedência dessa pena imposta ao Nordeste e à Amazônia. Como foram e estão sendo feitos em todo o País dezenas de milhares de quilômetros de estradas de rodagem que cortam o Rio Grande do Sul, o Paraná, São Paulo, e os une ao resto do País? Não será pelo orçamento nacional ou mediante empréstimos a responsabilidade do Brasil? Por que então haveremos de ser nós, com a nossa terrível pobreza, os financiadores da Transamazônica, uma estrada tão nacional quanto as que mais o forem pelo nosso território? Sinceramente, Sr. Presidente, a minha inteligência não encontra resposta adequada para essa discriminação. Reconheço, Sr. Presidente, haver sido a Transamazônica uma dessas iniciativas patrióticas cuja benemerência somente a História poderá proclamar integralmente, imortalizando os que a idealizaram, tornando efetiva a ocupação da imensa área do nosso território. Ou será à Amazônia menos Brasil do que outras regiões? Acho que é um erro que se está cometendo. Um erro certamente praticado com a melhor das intenções, talvez num momento em que o erário público não suportasse o ônus daquela importante iniciativa. Hoje, entretanto, nada mais explica e justifica essa exceção, que alguns poderiam ter como odiosa ou afrontosa à nossa pobreza. E diante de um erro não sei de nada mais nobre do que o reconhecer e corrigir. É isto que o Nordeste espera do Presidente Geisel, por sinal já credor de outras iniciativas em favor da nossa região.

Que dizer do PROTERRA? Sei perfeitamente dos benefícios suscitados por esse valioso plano de apoio à agricultura, sobretudo se excluímos a persistência com que o INCRA dissemina a miséria dos minifúndios, numa orientação fundiária que continua a perturbar profundamente a economia agrícola da região. No particular, prefiro citar estas observações do Dr. Rubens Costa sobre os resultados do censo de 1970: "a política do INCRA continua inalterada, fazendo mais minifúndios no afã de subdividir os latifúndios, assim contribuindo para o agravamento da situação fundiária da região". Que diz disso o Ministro da Fazenda, oficialmente responsável pela nossa economia?

Não vejo motivos, Sr. Presidente, para que o PROTERRA não possa ser financiado, a exemplo do que ocorre com outras áreas agrícolas do País, pelos recursos propiciados pelo Banco Central. Por que retirar tais recursos dos nossos magros incentivos?

Estivéssemos nos tempos em que o Legislativo podia ter tais iniciativas e eu me incumbiria de propor a eliminação de tais distorções. Hoje o que faço é consignar um apelo ao Presidente Geisel, para que reexamine o problema do Nordeste, uma vez que o II PND, na atual conjuntura, se mostre inteiramente ineficaz para atingirmos as metas daquele plano de desenvolvimento.

Por último, e aqui volto a solicitar a benevolência dos nobres colegas, desejo tratar do que se me afigura estar ocorrendo com o chamado FINOR, síntese na qual acredito se haverem consubstanciado as tentativas no sentido de evitar as distorções provocadas pela maléfica indústria de captação de recursos. A idéia foi boa. Era necessária. Mas, infelizmente, não está até agora ajudando o Nordeste. Do Decreto do FINOR surgiu um emaranhado de interpretações que tem assustado e imobilizado os investidores. E investidor sem confiança é investidor retraído. Não sei porque terá havido protelação de uma regulamentação que esclareça os pontos considerados duvidosos, e diante dos quais os investidores estão perplexos. Seria útil eliminar esse fator de perturbação.

Entretanto, o quanto mencionei sobre o FINOR é simples pormenor. O essencial é a angustiada situação em que se encontra o Nordeste, vítima de um sistema espoliativo que não falta quem o tenha como mais duro do que o colonialismo.

Sr. Presidente, por isso, quando aqui desvendo ao Brasil uma realidade, não o faço apenas em nome do sofrimento dos nossos conterrâneos do Nordeste, faço-o principalmente em nome da solidariedade e da unidade nacional, pois não tenho dúvida — repito — de que a riqueza e a miséria, a educação e a ignorância, a saúde e a doença, o bem-estar e a desgraça, não poderão viver indefinidamente juntas.

Mais alguns dias e, conforme anunciado pela imprensa, o eminente Presidente Geisel, em reiterada prova da capacidade de enfrentar fadigas e desconfortos no exercício da sua árdua missão, estará no Recife. Irá debater o dramático problema da enchente que, em julho último; vi com o coração confrangido. E faço votos para que seja também a oportunidade de Sua Excelência verificar que as circunstâncias, digam o que lhe disserem, tornaram os meios do II PND insuficientes para se alcançar as metas estabelecidas no mesmo plano. Metas que a meu ver — e estou certo de ser também esse o pensamento do Senhor Presidente da República — são imutáveis e indispensáveis. As metas são permanentes, ao passo que os recursos devem ser corrigidos sempre, se necessário. E isso os nordestinos esperam seja feito pelo Governo.

Aliás, Sr. Presidente, não concluirei sem duas observações esperançosas. Uma em relação ao Programa da ARENA agora aprovado e que taxativamente propugna pela "ampliação e aperfeiçoamento dos incentivos fiscais e do apoio oficial como meio de suplementar as escassas poupanças geradas regionalmente"; outra relativa à decisão governamental de amparar e subsidiar tradicionais indústrias nordestinas, como ocorreu com a indústria têxtil do Ceará. Também velhas indústrias baianas já não conseguem sobreviver sem idêntico amparo, como é o caso, entre outras e no interior do Estado da Fábrica de Tecidos de Nazaré, da qual dependem centenas de famílias. Não tenho dúvidas de que não lhes faltará a ajuda governamental.

Sr. Presidente, quando a História implacável perguntar o que fizemos desses trinta milhões de brasileiros, hoje condenados à ignorância, à subnutrição, às enfermidades, ou ao êxodo, espero não estar sentado entre os que se omitiram. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, como Líder.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sente-se a Maioria, por nosso intermédio, na obrigação de prestar alguns esclarecimentos à Casa, após o brilhante, erudito e profundo discurso pronunciado pelo eminente representante da Bahia, Senador Luiz Viana.

Em época oportuna, faremos uma análise não só da oração em questão, como aquela outra, pronunciada pelo representante de Pernambuco, Senador Marcos Freire, e mais além iremos a considerações sobre o muito construtivo discurso, aqui proferido pelo Senador Dinarte Mariz.

Sr. Presidente, aqui, no momento, trata-se de fixar determinados pontos. Número um: não consideramos o discurso que ouvimos uma diatribe contra os Governos da Revolução; número dois: é um diagnóstico com sugestões e não acusações, terceiro,...

**O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia)** — Agradecido a V. Ex<sup>a</sup> por estar dizendo a verdade sobre meu discurso.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Número três, é preciso que o Senado fique bem ciente —, máxime os representantes que, a partir deste ano, nos honram com a sua companhia — de que os representantes nordestinos não faltaram ao seu dever, na apreciação da problemática da região. Graças à pertinácia de um

homem que tem, na irredutibilidade de suas metas, uma das características maiores do seu caráter, o eminente Senador Dinarte Mariz em 1971 foi constituída uma Comissão de Parlamentares nordestinos da Câmara e do Senado Federal, cujo trabalho foi enfileirado — e disso muita honra temos em proclamar havermos sido seu Relator-Geral e ficou conhecido como Estudo Nº 1 da COCENE.

Sr. Presidente, para que dúvidas não pairarem, gostaríamos de pedir vênua aos colegas eleitos em 1974, para enviar ao gabinete de cada um deles o volume em questão, comprobatório das assertivas feitas aqui.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — Ceará)** — Nobre Senador Virgílio Távora, fui eleito em 1974 e recorda-se V. Ex<sup>a</sup> de que foi exatamente este seu colega de Representação estadual que lembrou, em aparte ao Sr. Senador Luiz Viana, o trabalho realizado na legislatura passada pela Representação nordestina. Recordo-me muito bem de que essa Comissão, pretendendo reunir subsídios para o trabalho substancial que afinal — salvo engano — foi divulgado em dois livros, solicitou às Assembléias Legislativas sugestões, e subsídios àquele trabalho que estava sendo levado a efeito no Congresso Nacional. Portanto, nós chegados aqui em 1975, já conhecíamos esse trabalho da Representação política do Nordeste no Parlamento Brasileiro. Faço questão de ressaltar que nunca houve omissão da Representação política. Se omissão houve, no acolhimento dessas sugestões foi apenas por parte dos Governos, daqueles que detêm o Poder.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Agradecemos o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mauro Benevides, mas, com essa franqueza rude que sempre nos caracterizou, não era a V. Ex<sup>a</sup> que estávamos nos referindo e sim à afirmativa aqui ouvida e não vamos entrar em debates — da omissão dos Parlamentares nordestinos.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — Pernambuco)** — A intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, no momento, é a mesma dos Parlamentares antes do aparecimento da COCENE. Fomos nós, V. Ex<sup>a</sup>, os Senadores Dinarte Mariz e José Sarney, fomos os quatro primeiros a gritar, aqui, contra as injustiças cansadoras do empobrecimento do Nordeste. A colaboração do eminente Senador Luiz Viana é semelhante àquela que oferecemos ao País, naquela oportunidade. Vamos reestudar os problemas. É uma crítica construtiva, é uma colaboração ao Governo Geisel. Não pode ser — como aconteceu no Governo Médici — não pode ser tomado, aqui e agora, como mensagem de desespero ou de oposição. É uma mensagem de confiança no patriotismo do eminente Presidente Geisel.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Agradecemos o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Guerra, pois coloca a questão nos termos devidos. Mas, gostaríamos de dizer aos Srs. Senadores, por uma questão de honestidade, o livro que inicialmente não foi bem recebido por parte de órgãos oficiais — digamos — teve a maioria de suas proposições, ao longo do tempo, aceitas.

Mais ainda, quando os representantes nordestinos, nesta Casa, fizeram com o Senador Paulo Guerra, o Senador José Sarney, Senador Helvídio Nunes, Senador Alexandre Costa — enumerar sempre é perigoso, porque a memória pode nos fazer cometer injustiças — e demais outros, viam aproximar-se o fim do Governo Médici e o início da administração Geisel, novamente esta Casa foi como que um palco de debates acesos que fazíamos, reivindicando

um tratamento para o Nordeste, de acordo com aquelas linhas mestras do trabalho atrás citado.

Nós mesmos, credenciados pelo Sr. Presidente da Comissão dirigimo-nos ao Ministro da Fazenda, a quem nos prendem laços de amizade, e ao Senhor Presidente da República, solicitando que, nos planos de S. Ex<sup>a</sup>, pontos não deixassem de ser colocados. E quando vimos, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, sob outra roupagem, o atendimento da maioria daquelas postulações feitas, chegamos à conclusão de que não foi um trabalho em vão daqueles que, na Câmara e especialmente no Senado, se bateram para o fortalecimento da Região.

Sem tomar mais tempo, Sr. Presidente, porque afirmamos à Casa que no momento daríamos não resposta, mas explicações, aos discursos outros enunciados e das providências governamentais tomadas e do reconhecimento daquilo que ainda está por fazer: Afirmamos ao Sr. Ministro da Fazenda — naquele tempo, não havia sido convidado o Ministro responsável pelo Planejamento — e ao Senhor Presidente da República idéias que gostaríamos ficassem registradas nos Anais desta Casa. Falávamos do setor industrial:

“Dir-lhe-ei de início que considero válidas as duas preocupações básicas da SUDENE no Setor em apreço, quer quanto à elevação da taxa de crescimento do produto industrial do Nordeste e sua maior participação no produto industrial do País, quer quanto à exploração do fator altamente positivo que é a posição privilegiada da Região em relação às demais do Brasil e aos mercados exteriores, para geração de divisas e aceleração do processo industrial.”

**O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia)** — V. Ex<sup>a</sup> depois me dará um aparte? Ao terminar a leitura.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Perfeitamente.

Não nos limitamos a um diagnóstico, dissemos o que achávamos:

“O objetivo colimado está a impor as seguintes linhas de ação:

- 1) desenvolver novos pólos de industrialização, consolidando os atuais;
- 2) assegurar o desenvolvimento da indústria local, de bens de capital com o que diminuiria e, em larga escala, a atual sangria de recursos para fora da área, indispensáveis, porque prementes, à aquisição de máquinas e equipamentos, alcançando ela no dia de hoje 70% do valor dos investimentos no Setor.

(— O Senador Paulo Guerra há de estar lembrado da luta que tivemos a respeito.)

Tal diretriz básica para o futuro do Nordeste, sem a qual não terá ele condições de consolidar o processo de auto-sustentação de seu desenvolvimento, implicitamente exige a instalação de um complexo mecânico-metalúrgico, apoiado, é óbvio, em uma siderurgia anexa;

3) continuar a implantação diversificada da indústria de bens intermediários;

4) propulsionar as indústrias tradicionais (têxtil, óleos vegetais, couros e peles, e açucareira) responsáveis que são pela absorção de grandes contingentes de mão-de-obra, amparando-as fortemente em centros especializados na respectiva tecnologia.

5) aproveitar, ao máximo, recursos naturais existentes, à base de localização privilegiada já citada, com a implantação de indústrias de grande poder germinativo (fertilizantes — cloreto de potássio com apoio em silvanita e canalita de Carmópolis, amônia e uréia com suporte no gás natural; álcalis cáusticos, derivados do sal-gema de Alagoas e Bahia, magnésio metálico, a partir da taquidrita, cobre das reservas

do Caraibas e do Vale do Curacó, cimento, enxofre e ácido sulfúrico, das imensas reservas de gipsita, etc.);

6) incrementar e diversificar as exportações da Região;

7) consolidar a política de amparo ao turismo e artesanato regional;

8) prosseguir na Política de suporte governamental às pequenas e médias empresas, providência imprescindível à obtenção de um desenvolvimento econômico integrado e distribuído.

— Não sendo, como não é, o Nordeste sudeniano uma Região homogênea e sim uma somatória de zonas com características bem distintas, deve o Poder Público enfrentar esta realidade e tratar corajosa e seriamente do problema da descentralização do desenvolvimento da área com a consolidação inicial de seus pólos macrorregionais. O Governo Médici já ensaiou este caminho com as providências tomadas para implantação do III Pólo de Desenvolvimento do Nordeste — Fortaleza (Exposição de Motivos do Ministério do Planejamento, aprovada pela Presidência da República em 26-3-73)."

E traduzia-se num esquema o que se pensava do Nordeste. E por que fizemos esta leitura, Srs. Senadores? Para mostrar que os Governos não foram insensíveis às sugestões enviadas. Se não as encamparam *in totum* o fizeram, gradativamente, em parte; e quando tivemos ocasião de aqui examinar a face do Nordeste, não com a eloquência, com a profundidade do eminente representante da Bahia, mas, dentro daquilo que se nos afigura o justo e o certo, diremos, que falta ainda muito a fazer no Nordeste, para que o distanciamento entre duas economias, altamente defasadas, seja diminuído. Os fatores de crescimento de uma e outra têm que ser também, altamente diferenciados.

E para que esses fatores sejam altamente diferenciados, mister se torna a criação daquelas condições básicas, inclusive, dessas indústrias, seja de bens de capital, seja de exploração dos recursos naturais que, competitivamente, as tornam fortes para que possamos, apoiados numa agricultura à base de fertilizantes que lhe dão uma produtividade maior do que a que atualmente possuem, se possa, efetivamente, pensar — não no prazo de um ou dois anos, mas, no de dez a quinze anos — que este *gap* seja diminuído.

Quem disser que da noite para o dia pode diminuir uma diferença entre o grande pólo de desenvolvimento do País, o Pólo Centro-Sul e o Nordeste, está ou sonhando ou com idéias outras, às quais não nos devemos referir.

Com prazer damos o aparte ao eminente Senador Luiz Viana.

**O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia)** — A V. Ex<sup>a</sup> que tem sido tão justo com o meu discurso, na sua apreciação, queria apenas esclarecer, para que não haja dúvidas, que o tema do meu discurso foi um, mas que não exclui tudo aquilo que já escrevi, inclusive quando tive oportunidade de fazer um modesto livro sobre o Governo do Presidente Castello Branco, mostrando o imenso progresso que se verificou no Nordeste a partir de 1964. A minha tese é de que, em termos relativos — e isso é importante — nós estamos crescendo menos que o Centro-Sul, mas se formos pensar em termos absolutos a situação do Nordeste, hoje, é incomparavelmente melhor, na sua qualidade de vida, na sua educação, no seu bem-estar, que tudo aquilo que encontramos em 1964. Isso quero deixar bem claro para que não seja motivo de qualquer equívoco em relação ao meu pensamento e à orientação que tenho nessa matéria. Agora, acho que é necessário — e V. Ex<sup>a</sup> também acentuou — que para podermos enfrentar esses confrontos entre economias tão diferentes — e, realmente, uma tão ativa, tão próspera, tão dinâmica e a outra, ainda nos seus primeiros passos, — é necessário criar aquelas condições básicas. É nesse sentido que dirijo o meu apelo ao Governo, porque sei que, realmente, é esse o objetivo do Presidente Ernesto Geisel.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Com prazer. Responderemos, em seguida, aos dois nobres Srs. Senadores.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Ouvi, com muita atenção, o excelente discurso do Senador Luiz Viana, que me impressionou sobretudo. Temos ouvido, aqui no Senado, aliás por V. Ex<sup>a</sup>, que, quando a Oposição fala o que o Senador Luiz Viana falou, ela faz crítica. Como é um membro do Governo, é um diagnóstico, uma colaboração; é uma participação, é uma sugestão...

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Esclarecimento? Mantenha os termos que usamos: Esclarecimento! Diagnóstico!

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Mas, Excelência, duas coisas eu gostaria de frisar aqui, porque já tenho até debatido com V. Ex<sup>a</sup>, antes de entrar num problema estatístico que nos foi apresentado, há pouco: Primeiro, é que tenho dito aqui nesta Casa, que o II PND não passa de uma carta de intenções. Provou-se, hoje, quando o Senador Luiz Viana pede a revisão desse II PND, para o Nordeste. Daqui a alguns dias, vamos provar, também, que infelizmente, quanto à produção de aço prevista no II PND, será difícil o Brasil alcançar a meta de 42 milhões de cruzeiros. Agora, em relação a um dado fornecido pelo nobre Senador Luiz Viana. Há pouco V. Ex<sup>a</sup> elogiou o Economista Rubens Costa, que dirigiu o BNH. Não é verdade, Excelência?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Dissemos e reprimos...

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Qual é?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** ... excelente economista e, talvez, uma das maiores autoridades sobre assunto do Nordeste.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Exatamente. Então o Senador Luiz Viana diz agora o seguinte: que o Nordeste cresceu a partir de 1964. O ano zero do Brasil não começou em 1964. Respeitamos o processo revolucionário que existe no País. Mas, aqui se tem a mania de fixar sempre o ano zero em 1964. É o colonista, que V. Ex<sup>a</sup> elogia, que diz o contrário do Senador Luiz Viana, quando ele afirma que a economia nordestina, na sua participação industrial no Brasil, decresceu de 1950 para 1967.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Perdão. Dar-lhe-emos, então, o dado... Vamos por parte, dentro do sistema de discussão, estabelecida aqui na Casa.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Com muito prazer.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — afirmou o Senador e afirmamos nós, e afirmou o Sr. Rubens Costa, em seu livro, que diminuiu "em termos relativos".

O que dissemos há pouco aqui?

"Para duas economias, etc..."

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Não ouvi S. Ex<sup>a</sup> falar em "termos relativos"!

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — Ceará)** — Em termos relativos.

Naturalmente, V. Ex<sup>a</sup> não ouviu bem. Ele não afirmou outra coisa e muito menos nós.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Não, apenas V. Ex<sup>a</sup>, defendendo o economista Rubens Costa, ...

**O Sr. Luiz Viana (ARENA — Bahia)** — Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, posso citar, pelo menos onde encontrei esses dados.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — Minas Gerais)** — Estou elogiando o discurso de V. Ex<sup>a</sup> Foi um excelente discurso.